**Ata da Sessão Plenária Extraordinária nº 15 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, on-line, de forma híbrida, através da Plataforma Zoom.**

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, de forma on-line através da plataforma Zoom, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Extraordinária número quinze. Presentes de forma presencial, a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN,** os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **DOUGLAS GOULART VIRGILIO, ELIANE DE QUEIROZ GOMES CASTRO, GOGLIARDO VIEIRA MARAGNO, HENRIQUE RAFAEL DE LIMA, JOSÉ ALBERTO GEBARA, JULIANA CÓRDULA DREHER DE ANDRADE, LARISSA MOREIRA, RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS, ROSANA SILVEIRA** e **SILVYA HELENA CAPRARIO.** Presentes de forma virtual os senhores Conselheiros Estaduais **CLÁUDIA ELISA POLETTO,** **FÁRIDA MIRANY DE MIRA** e **JANETE SUELI KRUEGER.** Presentes também, de forma virtual,a Conselheira Federal **DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO** e o Arquiteto e Urbanista **LUIZ ALBERTO DE SOUZA,** Representante Titular do IAB/SC no CEAU-CAU/SC. Presente também, de forma presencial, o Arquiteto e Urbanista **MATEUS SZOMOROVSZKY,** membro da CTP-CAU/SC e de forma virtual, os Conselheiros **NEWTON MARÇAL DOS SANTOS** e **SILVANA MARIA HALL.** Presentes os empregados do CAU/SC, o Secretário dos Órgãos Colegiados **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, o Gerente Geral **JOÃO VICENTE SCARPIN,** o Assessor da Presidência **PERY ROBERTO SEGALA MEDEIROS,** o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH,** o Gerente Técnico **PEDRO SCHULTZ FONSECA BAPTISTA**, a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI,** a Coordenadora de Tecnologia e Sistemas da Informação **MARIA CÉLIA FONSECA** e a Secretária **BRUNA PORTO MARTINS.** Registram-se as ausências justificadas dos conselheiros, Arquitetos e Urbanistas, **ANNE ELISE ROSA SOTO** e **MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI** eda Arquiteta e Urbanista **DANIELA ACCORINTE LOPES** e do Arquiteto e Urbanista **MATHEUS PEDRON JASPER,** respectivamente representantes titular e suplente do SASC noCEAU-CAU/SC.Após verificação e constatação da existência de quórum a Presidente agradeceu a presença de todos, esclareceu o funcionamento do *chat* da reunião e lembrou da importância de se identificar antes de qualquer contribuição. Após a execução do hino nacional, a Presidente apresentoua pauta da reunião, que sem manifestações foi encaminhada para votação e aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Cláudia, Douglas, Eliane, Fárida, Gogliardo, Henrique, Janete, José Alberto, Juliana, Larissa, Rodrigo, Rosana e Silvya. No item **4. Apresentação de comunicados,** o Arquiteto Luiz Alberto elogiou o livro publicado pela Conselheira Federal Daniela e informou sobre o seu retorno à presidência do IAB/SC após seis meses de licença. Em seguida agradeceu ao Vice-Presidente Ângelo Arruda e ao Diretor William Vefago por terem representado o IAB/SC no CEAU-CAU/SC. O item **6. Comunicados dos Conselheiros,** foi contemplado a partir desse momento, conforme segue: a Conselheira Eliane, na condição de Coordenadora da CEP-CAU/SC, informou que a comissão participaria do “3º Fórum das Comissões de Exercício Profissional - CAU/UFs”, em Minas Gerais. A Conselheira Rosana, na condição de Coordenadora da CATHIS-CAU/SC, informou que a comissão participou de visita à Prefeitura Municipal de Florianópolis e estava avançando no plano piloto da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social. A Presidente informou sobre sua participação em evento da AsBEA, realizado em Recife, o qual reuniu “atores” importantes da cadeia de Arquitetura e Urbanismo. Acrescentou que foi realizada rodada do CEAU no evento, no qual foi discutido acerca da Tabela de Honorários, enfatizando que essa aproximação com as entidades vem sendo muito interessante e que essa rodada pelos estados faz engrandecer as discussões e ampliá-las para o âmbito nacional. Informou que seria realizada a etapa de Chapecó do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, destacando que foi a etapa com maior número de inscrições até então. Em seguida, agradeceu ao CEAU-CAU/SC na figura do Arquiteto Luiz Alberto por ter trazido o projeto do Congresso. Comunicou que na Plenária Ordinária do dia nove de setembro seria realizada a posse das Conselheiras Mariana Campos de Andrade e Ana Lúcia Córdova Wandscheer e destacou que ainda não havia confirmação de aceite por parte da segunda dupla perante o CAU/BR. O Secretário Jaime expôs o status em relação às outras duas duplas convocadas para as vagas de conselheiras do CAU/SC. A Conselheira Janete questionou em quais comissões as duplas seriam alocadas. O Secretário Jaime respondeu que essa primeira dupla seria alocada na CEP-CAU/SC. No item **5. Ordem do Dia**, a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para cada conselheiro de até três minutos para cada matéria, conforme o Artigo 54, III, do Regimento Interno do CAU/SC. No item **5.1. Aquisição de imóvel para abrigar a sede própria do CAU/SC (origem: CTP e PRES-CAU/SC) (regime de urgência),** a Presidente explicou que essa era a terceira gestão que discutia a questão da sede própria e lembrou que logo no início da criação dos CAU/UF, o CAU/BR orientou aos mesmos que avançassem em direção à aquisição de suas sedes próprias. Destacou que ao longo dos anos o CAU/SC havia acumulado um valor considerável para essa finalidade e que cada comissão temporária de patrimônio evoluiu e prestou sua contribuição em relação ao assunto, fato que culminou para o Conselho estar frente a uma possibilidade real de aquisição. A Conselheira Fárida sugeriu aos conselheiros que participaram da visita ao imóvel antes do começo da presente reunião que apresentassem suas impressões. O Conselheiro Henrique disse que a visita foi interessante, apresentou alguns detalhes sobre a planta do imóvel e julgou a localização muito boa. A Conselheira Juliana corroborou com o dito pelo Conselheiro Henrique, destacou a luminosidade e ventilação do prédio e expôs que não foi vislumbrada nenhuma patologia aparente. A Presidente explicou que a apresentação em tela era uma extração do relatório da CTP-CAU/SC e após apresentou as comissões de patrimônio que atuaram até então. Destacou que a primeira delas trouxe uma consolidação do Programa de Necessidades à época levantado tanto pelos conselheiros quanto pelos funcionários e que após ampla pesquisa se entendeu que o triângulo central seria o mais oportuno. Sobre a segunda comissão, expôs que a mesma buscou por imóveis de cessão pública e chegou a encontrar imóvel disponível, porém o laudo elaborado para tal imóvel apontou muitas patologias e o valor a ser investido era muito alto. Depois, mencionou que em maio de dois mil e vinte e um foi criada a terceira comissão de patrimônio e apresentou os atuais membros da comissão. Disse que em julho de dois mil e vinte e um ocorreu a retomada do processo de cessão do imóvel (Governo do Estado); em agosto do mesmo ano foi aprovada a contratação do laudo técnico para o imóvel e em novembro foi rejeitada a cessão e aprovado o Chamamento Público de Prospecção de Imóveis Edificados. Em seguida, apresentou uma linha do tempo expondo que em janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e dois ocorreu a revisão do Programa de Necessidades Preliminar e o Lançamento de Chamamento Público para prospecção de imóveis edificados. Pontuou que em março desse mesmo ano a comissão analisou as propostas apresentadas, sendo que quatro delas foram desclassificadas e três classificadas – visita e ranqueamento e em abril foi aprovada proposta da CTP-CAU/SC de autorização de abertura de processo de dispensa / inexigibilidade para aquisição do imóvel para a sede própria do CAU/SC. Logo após, falou que o Programa de Necessidades desenvolvido em dois mil e quinze e revisado em dois mil e vinte e dois, foi dividido em estruturas administrativa, funcional e de apoio e destacou alguns dos itens constantes em cada uma delas. Depois apresentou imagens do Edital de Chamamento Público nº 01/2022. A Conselheira Federal Daniela questionou qual era o posicionamento da comissão na evolução do Programa de Necessidades e qual era a demanda atual do Conselho. A Presidente explicou que quando a CTP-CAU/SC foi instaurada delegou-se à comissão a revisão do Programa de Necessidades, sendo que foi feito um “enxugamento” nesse novo cenário. Sinalizou a tendência de crescimento do Conselho e a necessidade de espaços cada vez maiores para acomodar os conselheiros e também disse que a comissão se “debruçou” na necessidade de espaços flexíveis. O Conselheiro Gogliardo comentou que as versões anteriores do Programa de Necessidades foram muito bem desenvolvidas e embasadas e que a atual comissão teve o questionamento de uma série de situações de demandas espaciais causadas pelo vivenciado na pandemia. Salientou que foi feita reflexão acerca do uso dinâmico da sede do CAU/SC e disse que se por um lado havia o questionamento de que a pandemia trouxe novas possibilidades de uso remoto, por outro lado também existia o questionamento de que nem tudo poderia ser feito de maneira remota com a mesma eficiência e proximidade. Pontuou sobre a existência de questionamento especialmente no Brasil, na área corporativa e institucional, de que o relacionamento presencial é insubstituível, até para a manutenção da visibilidade de uma instituição e pela proximidade de um atendimento. Por fim, disse que foram feitos ajuste e redução de expectativas de áreas sem demandar uma substituição do trabalho presencial, mas sim uma compatibilização dele com o trabalho remoto e outros tipos de atividades que possam ser realizadas de maneira remota. A Conselheira Federal Daniela questionou qual era a expectativa anterior e atual de metragem. A Presidente respondeu que dentre os novos ambientes surgiu o “Espaço do Arquiteto” a fim de recepcionar os profissionais no Conselho. O Conselheiro Rodrigo destacou a questão da planta livre do prédio, a qual permite flexibilidade, inclusive de atendimento a Programas de Necessidades futuros. O Secretário Jaime expôs que nas prospecções anteriores não se optou pela modalidade edificada e sendo assim o Programa de Necessidades era mais flexível. Também disse que a questão das plantas livres do atual imóvel facilitaria a adaptação. A Conselheira Rosana mencionou que a segunda comissão de patrimônio efetuou estudo no qual foi colocado o mínimo necessário, sendo que as estruturas de ambos os prédios têm planta livre e o imóvel anterior contava com cinco andares disponíveis com trezentos metros quadrados cada. Ao final, pontuou que as plantas dos prédios eram muito parecidas e o uso aproximado. A Presidente destacou nesse momento pós pandemia o uso dos espaços flexíveis: plenário, auditório, *lobby*, “Espaço Arquiteto”, “Café”, espaço para as entidades do CEAU-CAU/SC e enfatizou a necessidade de o Conselho ser percebido pela sociedade. Depois, retomando o histórico, falou que ocorreu o declínio da cessão de edifício do Governo Estadual por conta das patologias e inconformidades organizacionais e inexistência de imóvel para cessão por parte dos Governos Federal e Municipal. Na sequência, apresentou o resultado do Chamamento Público, no qual foram expostas as seis propostas ranqueadas e as três propostas classificadas. O Conselheiro Gogliardo explicou que havia uma série de exigências no Chamamento Público e as propostas que não atenderam objetivamente uma das exigências foram desclassificadas. Falou que a CTP-CAU/SC elaborou uma matriz ponderada com os diversos níveis de avaliação e que houve uma ordem de preferência em relação às propostas que prosseguiram no processo. Expôs que foram realizadas apresentações quantitativas e qualitativas para cada um dos edifícios e destacou que a proposta com a maior nota atribuída se destacou em todos os quesitos, inclusive no valor. Após, a Presidente apresentou a localização das três propostas mais bem classificadas e os dados e fotos relativos à proposta melhor avaliada. A Conselheira Silvya falou mais detalhadamente sobre a estrutura interna do prédio. Em seguida, a Presidente apresentou listagem das demandas que foram colocadas para a CTP-CAU/SC e informou que havia sido efetuada inspeção técnica predial, avaliação estrutural com resultado favorável, identificação de necessidades de adequações e indicação de qualidade estrutural para prosseguimento do processo. O Gerente João mencionou que a Caixa Econômica Federal foi contratada para realizar avaliação de mercado do imóvel, sendo que dentre as três propostas classificadas a vencedora foi a que apresentou valor bem abaixo por metro quadrado comparada às demais. A Presidente expôs que foi apresentado o Relatório Final da CTP-CAU/SC, o qual foi entregue no dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e dois e também informou que foi emitido Parecer Técnico pela Assessoria Jurídica do CAU/SC. O Gerente João falou que nas últimas semanas a Gerência Geral e Gerência Administrativa Financeira trabalharam no levantamento dos aspectos econômicos e financeiros a fim de produzir elementos suficientes para a COAF-CAU/SC adotar as providências para tomada de decisão. Relatou que foi criado um cenário conservador que levou em consideração algumas premissas como “plano de fundo” para que a análise pudesse ser ponderada de forma mais consistente. Após, listou e explicou acerca dos fatores determinados para execução da análise de impacto financeiro. O Gerente Filipe falou que o Conselho vem tendo *superávit* desde dois mil e doze e que trabalha com a segurança da contabilidade pública, fato que resulta na manutenção do equilíbrio das contas. A Conselheira Juliana

questionou qual era o valor a ser investido. O Gerente Filipe respondeu que o valor do imóvel era de sete milhões e oitocentos mil reais. A Conselheira Juliana também questionou qual era a previsão do percentual de rendimento por ano. O Gerente João disse que a taxa prevista era de sete vírgula vinte e sete por cento ao ano. O Conselheiro Rodrigo pontuou que pelo fato de ter sido optado pela aquisição da sede, o rendimento financeiro não era o principal ponto no momento, mas sim a qualidade do trabalho e ter uma sede adequada para execução das atividades do Conselho. O Gerente João destacou que com a pandemia a execução física e financeira dos projetos foi abaixo do normal e assim proporcionou um *superávit* maior, com maiores rendimentos, sendo assim um cenário muito favorável para o CAU/SC atualmente ter capital para aplicar sem precisar de financiamento e depender de outras fontes de recurso. A Conselheira Federal Daniela disse que gostaria de entender melhor qual era o saldo de *superávit* disponível e o valor imobilizado no atual momento, e também relatou não ter compreendido a questão da não execução de todos os projetos no último ano. O Gerente João explicou que com a pandemia a produção das comissões tinha sido muito aquém dos demais anos, haja vista a dificuldade imposta pela mesma. O Gerente Filipe expôs que na Reprogramação Orçamentária o saldo aprovado foi de mais de onze milhões de reais para a aquisição da sede. Após, sobre a análise organizacional, administrativa e financeira, a Presidente manifestou que as constatações de oportunidade e viabilidade da aquisição foram embasadas por farta evidência técnica, rigor processual e atendimento das necessidades organizacionais, administrativas e econômico-financeiras. A Conselheira Silvya efetuou leitura da Deliberação nº 30/2022 – COAF-CAU/SC, a qual aprovou, no que se refere às necessidades organizacionais, administrativas e econômico-financeiras contidas nas especificações do “Termo de Referência – Prospecção de imóvel edificado para abrigar a sede própria do CAU/SC”, anexo 1 do Chamamento Público nº 01/2022, a aquisição do imóvel referente à “Proposta 2”, junto à Avenida Rio Branco, 828 (Edifício Diva). O Secretário Jaime salientou que para aquisição do imóvel regimentalmente era necessária a aprovação específica da COAF-CAU/SC e do Plenário, pontuando que independentemente do valor do imóvel eram necessárias as aprovações por essas duas instâncias. O Gerente João apresentou o cenário relativo aos custos da sede atual com aluguel, limpeza, recepção, condomínio, IPTU e energia elétrica, que totalizam o valor de quarenta mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos. Após, apresentou o cenário relativo ao investimento na sede própria (com metragem ampliada), enfatizando que apesar de o metro quadrado estar quadruplicado o valor das despesas mensais aumentaria em vinte e cinco por cento e frisou que esse último estudo apresentado visava garantir que o prédio estivesse útil para mudança adequada. Em seguida, apresentou a projeção de custo mensal com a manutenção da sede própria, no qual foi considerada a manutenção predial, serviço dos terceirizados, sistema de monitoramento e controle remoto com vigilância, energia elétrica, água / esgoto e taxa de coleta de resíduos sólidos.A Conselheira Federal Daniela questionou qual era o valor atual de despesa com aluguel. Foi esclarecido que o valor atual do aluguel acrescido das demais despesas de custo mensal com a sede atual correspondia a quarenta mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos. O Arquiteto Mateus, na condição de membro da CTP-CAU/SC, esclareceu que o contrato atual estava sob revisão, sendo que no momento de seu encerramento serão aplicadas novas regras e consequentemente o aluguel se tornaria mais caro em relação ao atual. O Gerente João destacou que esse era um ponto importante da análise, pois a sede proposta possui uma área quatro vezes maior e o acréscimo no valor seria inferior a vinte por cento nas despesas. A Conselheira Fárida pontuou que os questionamentos foram bem esclarecidos e disse que possuía dúvida quanto ao custo da reforma para acesso ao prédio. Também disse que precisaria se ausentar a partir desse momento. O Secretário Jaime explicou que o custo era variável e disse que se tornava difícil estimar valor para tal. A Conselheira Juliana expôs que o valor previsto para a edificação parecia um bom negócio, porém se preocupava com o valor previsto para a mudança. Depois, questionou se a votação seria tão somente em relação à compra ou se incluía também votar em relação ao valor para a mudança. O Secretário Jaime esclareceu que se tratava de objetos de votação distintos e que se a aquisição da nova sede fosse aprovada, a questão do valor dispendido com a mudança certamente seria levada à votação posteriormente, em uma outra reunião plenária. O Conselheiro Douglas frisou que atualmente o Conselho não estava em uma sede própria e em se tratando do imóvel em questão, sem patologias aparentes, seria necessário basicamente um *retrofit*, técnica que seria necessária aplicar para qualquer outro imóvel. O Conselheiro Rodrigo supôs que o nível de reforma dependeria do recurso disponível e do projeto do memorial descritivo que viria em seguida. A Conselheira Janete ressaltou que o exposto pela Conselheira Fárida era pertinente e mediante sua experiência com *retrofit*, o valor necessário seria até três vezes maior do que o previsto inicialmente, mas ainda assim valeria à pena pensar em uma sede própria, haja vista as dificuldades encontradas em relação ao espaço físico disponível na sede atual. Destacou que seria muito mais seguro possuir uma sede própria a continuar pagando aluguel e ressaltou a necessidade de uma identidade própria do Conselho. O Arquiteto Luiz Alberto, na condição de membro do CEAU-CAU/SC, propôs que as próximas etapas poderiam ser amadurecidas em um segundo momento e disse que era favorável à aquisição da nova sede. A Presidente esclareceu que o valor previsto para a mudança era apenas uma adequação para ocupação do espaço e disse que gostaria que o Arquiteto Luiz Alberto e a Conselheira Daniela, na condição de ex-presidentes do CAU/SC, proferissem voto simbólico no momento da votação. O Conselheiro Newton julgou urgente e necessária a aprovação da aquisição da nova sede do Conselho e cumprimentou todos os membros da CTP-CAU/SC pelo trabalho muito bem elaborado. A Conselheira Silvana julgou importante a mudança para o imóvel bem como a reforma e parabenizou a CTP-CAU/SC pelo trabalho realizado. Por fim, disse estar muito segura quanto à aquisição do imóvel e que o valor estava adequado. A Conselheira Juliana questionou se a rescisão do contrato de locação ocasionaria multa. O Gerente João disse que não seria aplicada multa, porém não havia certeza quanto aos custos de adaptação. Depois, a Conselheira Juliana perguntou se com a mudança todos os espaços do novo imóvel seriam ocupados. A Presidente respondeu que a intenção seria inicialmente utilizar o segundo, terceiro e quarto pavimentos. A Conselheira Federal Daniela expôs que a presente reunião foi muito importante para esclarecimentos de dúvidas e um momento muito importante para todos os Arquitetos e Urbanistas de Santa Catarina. Concordou que a aquisição do imóvel seria um bom negócio, disse estar muito satisfeita em ouvir a todos os presentes, parabenizou pelo trabalho desenvolvido ao longo de todos os processos de discussão e desejou sucesso para as próximas etapas. A Presidente parabenizou a COAF-CAU/SC por ter recepcionado a proposta da CTP-CAU/SC, às áreas internas que se aprofundaram no assunto, em especial à Gerência Administrativa e Financeira e Gerência Geral e ao Secretário Jaime, que assessorou a CTP-CAU/SC. Após, mencionou que toda a documentação acerca do assunto havia sido disponibilizada na INTRANET e sugeriu efetuar leitura do processo administrativo pois seria incluído como anexo da deliberação plenária. A Conselheira Silvya agradeceu a todos os membros da CTP-CAU/SC e ao corpo técnico envolvido, bem como a Presidente, que auxiliou e incentivou no processo. O Secretário Jaime contextualizou que a CTP-CAU/SC individualizou a proposta, a COAF-CAU/SC a aprovou e que o setor jurídico proferiu recomendações que culminaram na proposta que seria lida pela Presidente, a qual constaria no anexo da deliberação e seria votada pelos conselheiros presentes. Em seguida, a Presidente efetuou leitura de parte do anexo constante na deliberação. O Secretário Jaime leu o restante do conteúdo do anexo e após explicou que os considerandos citados na deliberação se tratavam de marcos do processo como um todo. A Presidente efetuou leitura do restante da deliberação. Sem mais manifestações, o item foi encaminhado para votação e aprovado por unanimidade dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPESC nº 690/2022). Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e dezenove minutos. Para constar, eu, Bruna Porto Martins, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Patrícia Figueiredo Sarquis HerdenPresidente do CAU/SC | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Bruna Porto MartinsSecretária do CAU/SC |